

A “Menina” da Redação: Percepções e Impactos da Violência Laboral nas Rotinas Produtivas das Mulheres Jornalistas de João Pessoa-PB¹

Ana Flávia Alves de LIMA²
Íris MACHADO³
Maria Laura Medeiros SILVA⁴
Oliviene QUERINO⁵
Glória RABAY⁶
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

RESUMO

Este estudo analisa o assédio moral e sexual enfrentado por mulheres jornalistas em João Pessoa-PB. A pesquisa utilizou questionários e entrevistas em profundidade com profissionais do jornalismo pessoense, baseadas em Lelo (2019) e Rabay e Bezerra (2022), com o intuito de identificar as causas e os impactos dessas violências na trajetória profissional das vítimas. Os resultados demonstram a frequência alarmante de assédios e violências de gênero no meio jornalístico local e evidenciam a necessidade de políticas de combate a essas práticas, de modo a proporcionar ambientes seguros para as mulheres na profissão.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; mulheres jornalistas; assédio moral; assédio sexual; violência de gênero.

INTRODUÇÃO

O jornalismo, enquanto campo profissional historicamente marcado por relações desiguais de gênero, apresenta um cenário preocupante de violências contra mulheres, manifestadas da formação acadêmica ao ambiente de trabalho. Como demonstra Lelo (2019), essas violências se estruturam em quatro eixos interligados: a divisão sexual do trabalho, as culturas organizacionais, as culturas profissionais e as rotinas produtivas.

No contexto paraibano, esse fenômeno assume contornos específicos. Rabay e Bezerra (2022) relacionam a trajetória do jornalismo local à criação do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal da

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GTNE07 - Comunicação e Trabalho, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Graduanda em Jornalismo pela UFPB. E-mail: afal2@academico.ufpb.br.

³ Graduanda em Jornalismo pela UFPB. E-mail: dfmm@academico.ufpb.br.

⁴ Graduanda em Jornalismo pela UFPB. E-mail: contactlauramedeiros@gmail.com.

⁵ Graduanda em Jornalismo pela UFPB. E-mail: oliviene.marcelino@academico.ufpb.br.

⁶ Doutora em Ciências Sociais e professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: gloria.rabay@academico.ufpb.br.

Paraíba (UFPB) em 1977, responsável por impulsionar a inserção feminina nas redações. Contudo, de acordo com o relatório *Mulheres no Jornalismo Brasileiro* (Abraji; Gênero e Número, 2017), a maior presença não se traduz em equidade: as jornalistas seguem recebendo menos, sem ocupar posições de liderança e enfrentando altos índices de assédio moral e sexual.

A problematização dessa realidade, conforme Portela (2018), requer uma compreensão dessas violências não na qualidade de incidentes isolados, mas como expressões de estruturas de poder que perpetuam a dominação masculina no campo jornalístico. Dessa maneira, episódios de assédio moral e sexual representam instrumentos de controle e coisificação das vítimas, ferramentas de manutenção de hierarquias de gênero (Hirigoyen, 2008; Barreto; Heloani, 2015).

Diante desse cenário, esta pesquisa se propõe a investigar as percepções do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em João Pessoa, a fim de mapear as ocorrências, compreender os mecanismos de coerção das vítimas e destacar os impactos dessas agressões na trajetória profissional dessas mulheres. Ao articular os aportes teóricos sobre violência de gênero no jornalismo com dados locais, o estudo pretende contribuir para a visibilização desse problema e a formulação de políticas capazes de promover ambientes mais seguros às mulheres jornalistas.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos complementares: um questionário semiestruturado, aplicado por meio da plataforma Google Forms, e entrevistas em profundidade. A amostra foi composta por doze mulheres jornalistas atuantes em João Pessoa, de diferentes gerações, níveis hierárquicos e tipos de veículos de comunicação.

RITO DE PASSAGEM OU VIOLÊNCIA LABORAL?

Os dados coletados revelam um quadro preocupante acerca das condições de trabalho das mulheres jornalistas em João Pessoa. Dentre as doze profissionais que responderam ao questionário, majoritariamente jovens, brancas, solteiras e com nível superior completo, todas vivenciaram situações de assédio no ambiente de trabalho. Os relatos, além disso, apontam para uma variedade de formas de violência, das mais sutis às mais explícitas.

Nesse contexto, as microagressões aparecem como prática corriqueira. Nove entrevistadas mencionaram sofrer constantemente com comentários de natureza sexual e piadas machistas. Outras formas de assédio moral também se mostram frequentes, a exemplo de críticas excessivas ao trabalho, descrédito público e isolamento profissional, assim como o assédio físico e digital — toques indesejados, mensagens inapropriadas e insistência para encontros.

Os impactos na saúde mental das vítimas são particularmente alarmantes. Ansiedade excessiva, mudanças abruptas de humor, sentimentos de culpa e vergonha, dificuldades para dormir e problemas de concentração foram os sintomas mais citados. Esses dados demonstram como o assédio não se limita a episódios pontuais, mas produz efeitos duradouros que comprometem tanto o bem-estar pessoal quanto o desempenho profissional das vítimas.

A análise temporal dos relatos, ainda, mostra que o problema é persistente e recorrente. Para a maioria das entrevistadas, o primeiro episódio de assédio ocorreu ainda no início da carreira — e os mais recentes aconteceram no ano de 2024. O assédio, assim, funciona como um mecanismo de “iniciação” no campo jornalístico, cujo alvo é, especialmente, as profissionais em posições mais vulneráveis.

Sob essa perspectiva, as entrevistas em profundidade, realizadas com seis jornalistas de três gerações diferentes, permitiram identificar tanto continuidades quanto transformações nesse cenário. De um lado, observa-se a persistência do assédio como fenômeno estrutural, com relatos semelhantes entre as profissionais mais experientes e as mais jovens. De outro, nota-se uma maior conscientização e disposição para falar sobre o tema entre as gerações mais novas, o que indica possíveis caminhos para mudança.

Nesse estágio atual, **pela presença de mais mulheres no local, não acontece muito**. No antigo estágio, pelo contrário, **a presença era muito forte** (Mônica, 2025, grifo nosso).

Minha pior lembrança é de quando eu entrei na área e eu tinha um chefe homem. E minha melhor lembrança foi quando meu chefe passou a ser uma mulher [...] Meu antigo chefe tratava melhor homens do que mulheres. **Ele sempre chamava meu colega pelo nome e eu era sempre “a menina”**. Eu acho que quando você tem uma chefe mulher, você é... Em certos períodos, você é compreendida

com mais facilidade. Eu acho que você tem uma abertura maior para lidar com as coisas e você consegue ser ouvida, diferente de quando você é chefiada por um homem, **porque é você é tratada como “a menina” e não a profissional que quer e precisa ser ouvida** (Carol, 2025, grifo nosso).

Um dado particularmente interessante diz respeito à presença feminina em cargos de chefia. Enquanto a maioria das entrevistadas afirmou se sentir mais confiante em ambientes liderados por mulheres, um caso específico, relatado pela entrevistada Tereza, chama atenção por não perceber diferenças no tratamento, mostrando que . a simples presença feminina em posições de poder, pode não ser suficiente para transformar culturas organizacionais.

Mais do que isso, os depoimentos coletados revelam uma face mais insidiosa da violência de gênero no jornalismo, aquela que não aparece em estatísticas, expressa nas entrelinhas do cotidiano profissional. As entrevistadas descrevem um ambiente que exige muito mais do que competência técnica: é preciso conformar-se a um modelo masculinizado de atuação, no qual características tradicionalmente associadas ao feminino tornam-se obstáculos a serem superados.

A melhor memória na carreira de Tereza, por exemplo, foi quando ela deixou de ser “a menina”:

Eu trabalhava para uma empresa fora da Paraíba e senti muita confiança do meu chefe sobre mim. Fui eu e o meu celular num dia de domingo. Era primeiro de janeiro, o pessoal virado do Réveillon, pouquíssima gente na cidade. Foi uma experiência muito marcante para mim como profissional, porque **foi a primeira vez que eu fiz uma coisa independente de ser “a menina” estagiária, sabe? Sem me sentir “a menina” estagiária. E eu fiquei muito feliz com essa minha conquista** (Tereza, 2025, grifo nosso).

A exigência de disponibilidade permanente é uma outra carga desproporcional. Várias profissionais relataram adiar projetos de formar família por medo de perder espaço na redação ou de serem preteridas em pautas importantes. Essa dupla jornada, profissional e doméstica, gera um esgotamento peculiar, muitas vezes mascarado pela necessidade de demonstrar resistência.

Os padrões estéticos impõem mais uma camada de pressão. Se para homens a aparência é secundária, mulheres são constantemente avaliadas pelas vestimentas, maquiagem e postura. Trata-se de uma cobrança secundária na experiência masculina, que consome tempo, energia e recursos financeiros das profissionais.

No entanto, na prática, prevalece o medo de retaliação. A lógica do silêncio perpetua um sistema em que mudanças superficiais, como mais mulheres em cargos de chefia, não alteram a estrutura opressora. É necessário abolir a noção de que “aguentar” faz parte da iniciação profissional e criar espaços onde a feminilidade, ao invés de um déficit, seja uma perspectiva valiosa para o jornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou as percepções da violência de gênero no jornalismo pessoense, um cenário preocupante de assédio moral e sexual presente na estrutura organizacional da área. Os dados coletados confirmam que, apesar de constituírem maioria numérica na profissão, as mulheres jornalistas permanecem em posição de desvantagem sociológica, submetidas a uma lógica corporativa masculinizada (Temer; Morais, 2018).

O perfil médio que emergiu do estudo — jornalistas brancas, solteiras, com ensino superior completo, carga horária extensa, remuneração entre 2 a 3 salários mínimos, sem filhos e sem ocupar cargos de chefia — sintetiza as contradições do campo: uma profissão majoritariamente feminina que reproduz padrões masculinos de excelência profissional. Essa universalidade dos relatos de violência evidencia o caráter sistêmico do problema.

As análises geracionais, embora preliminares, sugerem que as transformações ocorridas nas últimas décadas não foram suficientes para desmontar os mecanismos de dominação de gênero. Os depoimentos das profissionais mais jovens demonstram continuidades alarmantes em relação às experiências das pioneiras, particularmente no que diz respeito à naturalização das violências e à exigência de adequação a padrões masculinos de atuação.

Reconhecemos as limitações deste estudo, particularmente no que concerne ao tamanho da amostra e ao recorte geográfico. Estas restrições, contudo, apontam para direções futuras de pesquisa: a necessidade de investigações mais amplas que abranjam

outras regiões do país, bem como estudos específicos sobre a interseccionalidade entre gênero, raça e classe no jornalismo brasileiro.

Os resultados obtidos reforçam a urgência de medidas concretas para transformar as culturas organizacionais do jornalismo. Não bastam políticas superficiais de inclusão, é preciso questionar os padrões de excelência profissional, os critérios de produtividade e as hierarquias que marginalizam as mulheres ao longo da história. Enquanto as jornalistas permanecerem obrigadas a se comportar como “homens de saia” para serem respeitadas, teremos apenas uma ilusão de igualdade.

REFERÊNCIAS

ABRAJI, GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Relatório, 2017. Disponível em: https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em 21 jul. 2024.

BARRETO, Margarita; HELOANI, Roberto. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 544–561, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.036>. Acesso em: 21 jul. 2024.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ª ed., 2008.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54225, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>. Acesso em: 21 jul. 2024.

PORTELA, Monique. **Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba**. Orientadora: Dra. Myrian Del Vecchio Lima. 2018. 115p. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

RABAY, Glória; BEZERRA, Camila de Lima. “Os homens falam alto e eles te atropelam”: o machismo (não só) discursivo no jornalismo político. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 35, n. 1, p. 82–98. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/CEF-v35n1-2022-6>. Acesso em: 21 jul. 2024.

TEMER, Ana Carolina; MORAIS, Ana. Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero. In: SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina (org.). **Mulheres no Jornalismo: práticas profissionais e emancipação social**. São Paulo: Editora Cásper Líbero, UFC/FIC, 2018, p. 13-32. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2018/11/Mulheres-no-jornalismo.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Fortaleza/CE - 26 a 28/06/2025